





# EXPERIÊNCIAS DE FORMAÇÃO DE LIDERANÇAS

# Juristas Populares: Formação continuada em Direitos Humanos no norte de MINAS GERAIS

*Se a sistematização se faz para aprendermos com nossa experiência e para melhorá-la, significa que o processo pressupõe mudanças. Mudanças que vão implicar ganhos, que necessariamente, pressupõem perdas, as perdas que, das escolhas, decorrem. Portanto, fazer sistematização é colocar-se em situação de aprendizagem frente a se fazer; é predispor-se a circular, conscientemente e inconscientemente, entre os limites do novo e do já vivido (Elza M. F. Falkembach).<sup>23</sup>*

O presente texto tem a pretensão de sistematizar as experiências e os aprendizados da Rede de Educação Cidadã em Minas Gerais, no período de 2011 a 2014. Período esse que compreende a execução de dois projetos/convênio com a Secretaria Nacional de Direitos Humanos (SNDH) e Secretaria-Geral da Presidência da República (SGPR), sob a gestão político-administrativa do Centro de Assessoria Multiprofissional (CAMP) e do Instituto Nenuca de Desenvolvimento Sustentável (INSEA), entidade âncora, em Minas Gerais, com a qual temos parceria desde 2005.

Dessa forma, do ponto de vista da organicidade e sustentação política, foram importantes as mudanças de estratégias que assumimos, a partir de 2011. Diante da avaliação da existência de uma certa dispersão de temas trabalhados, a partir de 2012 priorizamos o fortalecimento conjunto da economia solidária, no campo e na cidade; além de constituirmos um coletivo estadual de formação com a participação de parceiros e movimentos sociais, tais como: Instituto Marista de Solidariedade (IMS), Centro de Formação em Economia Solidária (CFEs), Movimento do Graal (GRAAL), Movimentos dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Associação Municipal Educação, Ecologia e Solidariedade (AMANU), Federação Quilombola, Fórum Lixo e Cidadania; MOVA-Brasil, Coopermerv/Esmeraldas, CEPI-Neves.

Desse esforço resultou uma maior aproximação com o Centro de Formação em Economia Solidária, gerido pelo IMS, e a elaboração de um Projeto de

<sup>23</sup> FALKEMBACH, E. M. F. *Sistematização... juntando cacos, construindo vitrais.*





Formação continuada de educadores(as) populares, do qual realizamos duas etapas de “jornadas de formação”, assim como as comemorações dos 10 anos da RECID, em 2013 e 2014. Ampliamos, também, as parcerias municipais e regionais.

Nos últimos quatro anos, ganhamos visibilidade na articulação estadual e nas regionais com os movimentos e as lutas sociais a exemplo da realização conjunta de cinco Encontros Estaduais dos Movimentos Sociais, desde 2008; do fortalecimento da Campanha Permanente Contra os Agrotóxicos e pela Vida; da Rede Nós Amamos Neves; do Fórum Estadual Lixo e Cidadania; da Rede Mineira de Educação do Campo; do Fórum Estadual de Direitos Humanos; dos Fóruns de Moradia na Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH); da Frente de Cidadania da RMBH; da parceria com o MOVA-Brasil; dos Fóruns de Ecosol; da Articulação Metropolitana de Agricultura Urbana.

Para expressar os esforços desses últimos anos, escolhemos apresentar uma de nossas experiências, que demonstra bem os desafios e as conquistas da articulação política e o nosso compromisso metodológico com a concepção Freireana de educação popular. Dois educadores, Nilson e Rosa, estiveram à frente dessa experiência numa parceria ampla com os Sindicatos de Trabalhadores Rurais do Território da Cidadania do Alto Rio Pardo, Comissão Pastoral da Terra do Norte de Minas (CPT/NM); e dos(as) advogados(as): Marcos Antonio de Souza, André Alves de Souza, Geane Lopes Santos e Ana Gabriela Brito Melo Rocha, promotora de Justiça da Comarca de Taiobeiras. Essa experiência regional se associa a uma estratégia mais ampla da Rede de Educação Cidadã (RECID), em Minas Gerais, de aprofundar seu trabalho de base e ao mesmo tempo ganhar organicidade em sua articulação estadual. Esperamos assim, incidir sobre a realidade e as políticas públicas e ter efeitos positivos sobre a construção do Projeto Popular para o Brasil (PPB).

Referenciado no projeto político-pedagógico da RECID, o curso de formação continuada “Jurista Popular” busca fortalecer os grupos e movimentos sociais e sindical que lutam por terra e território e em defesa dos direitos dos atingidos por projetos de barragens, monocultura do eucalipto, mineração, e em defesa do meio ambiente, direitos coletivos e individuais e a equidade de gênero, na região Norte de Minas Gerais.

## Breve contextualização regional

A história econômica e cultural do Norte de Minas está intimamente ligada à do Nordeste não açucareiro brasileiro, ao ciclo do gado e à exploração mineradora no centro do estado, a partir do século XVIII. Assim constituída, a região Norte de Minas é caracterizada por sua diversidade ambiental e cultural, com distintas territorialidades e identidades camponesas, tradicionais e originárias, como a indígena. Sendo esta uma das regiões do estado de Minas Gerais com maior concentração de agricultores familiares, além de possuir uma proporção significativa de áreas preservadas de Cerrado e Caatinga. Assim, ainda hoje, a região está marcada pela realidade de conflito e violação dos direitos humanos, que marcam as regiões de “fronteiras”, no país.

Desde a década de 50/60 do século XX, a região vem sofrendo uma intensificação da modernização conservadora de ocupação do cerrado e de terras públicas pelas grandes fazendas de gado, o agronegócio, os projetos de irrigação, as barragens, patrocinada pela Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene)<sup>24</sup> – e órgãos dos governos estaduais, herança do período da ditadura brasileira. Isso vem causando um grande rastro de destruição ambiental, desarticulando a produção familiar e uma elevada expropriação das populações nativas de seus territórios. Nos últimos anos, observa-se o aprofundamento dessa dinâmica de ocupação, com a contínua expansão do agronegócio, dos biocombustíveis e dos grandes projetos na região, com destaque para o avanço da exploração da mineração em inúmeros municípios. Essa situação representa, atualmente, o principal fator do aumento dos conflitos agrários e ambientais na região Norte de Minas (AUGUSTO, 2011).

No estado de Minas, tem mais de 11 milhões de hectares de terras devolutas – que pertencem ao estado e/ou a União. Essas terras historicamente estão envolvidas num complexo sistema de grilagem envolvendo cartórios, políticos e órgãos públicos federais e estaduais. Grande parte desse território vem sendo utilizado para plantação de eucalipto, depois que milhares de posseiros e agricultores familiares terem sido expulsos de suas terras com muita violência. O avanço da mineração sobre essas áreas, na atualidade, é o aspecto mais preocupante que vem afetando diretamente a agricultura familiar e os territórios tradicionais – quilombolas<sup>25</sup>, geraizeiros, vazanteiros, caatingueiros e outros – presentes em

24 Hoje, Minas Gerais tem 86 municípios integrados na Região Mineira da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene).

25 Em Minas Gerais, desde final da década de 90 do século passado, mais de 400 comunidades foram identificadas e centenas delas estão com processos jurídicos reivindicando reconhecimento e a titulação de suas terras, muitas delas na região. Alguns estudiosos da região vêm tornando visível a existência de antigo e grande contingência de população negra aquilombada no interior da Mata Seca da Jaíba entre os vales do Rio São Francisco e Verde Grande, seu afluente, no Norte de Minas, nas encostas da Serra Geral. Costa (2000) vem advogando a existência de um campo negro na região, formada, a partir do final do século XIX, possivelmente por negros fugidos da escravidão, vindos da Bahia e de outras partes de Minas. Refugiaram-se numa região isolada, de difícil acesso e considerada perigosa pela endemia de malária e outras doenças, o que lhes possibilitou manter-se, aí, por longo período até meados do século XX.

cerca de vinte municípios da região Norte de Minas. A anuência do poder público, que vê nessa atividade um importante vetor do desenvolvimento econômico e de geração de divisas, tem sido determinante para a atração de grandes mineradoras transnacionais para a região, notadamente chinesas, canadenses e europeias.

É nesse contexto que nasce a demanda e a ideia pela formação em direitos humanos, como estratégia de fomentar o movimento sindical e a emergência de novos movimentos sociais, buscando, assim, incidir e apoiar as lutas locais contrapondo a “modernização” capitalista na região.

## Relato da experiência – percursos e conteúdos

O Curso Jurista Popular é uma atividade pedagógica e estratégica de intervenção sobre a realidade regional, que vem acontecendo desde 2007 em um processo continuado e articulado de formação. Realizou até agora seis etapas ou momentos privilegiados de reflexão, estudo e de ação coletiva. A cada etapa foram capacitadas de 30 a 40 pessoas, envolvendo cerca de duzentos participantes no decorrer de todas as etapas realizadas. Por ser um processo de formação continuada, há lideranças que participaram de todas as etapas, e outras novas pessoas e novos municípios se incluíram a cada etapa. Vale ressaltar que no período entre uma e outra etapa, as atividades de formação aconteciam em cada município pelos atores locais. A seguir, relatamos momentos de cada uma das etapas e seus conteúdos:

A primeira etapa aconteceu em maio de 2007, no município de Salinas. Os conteúdos ministrados foram: o que é Lei, direitos e segurança jurídica dos militantes; direito penal; estrutura dos três poderes; Declaração Universal dos Direitos Humanos; direitos fundamentais contidos na Constituição Federal. Os principais aprendizados decorridos foram maior conhecimento das leis que garantem os direitos fundamentais dos sujeitos de direitos para o enfrentamento das lutas do cotidiano. Os participantes atestam o aprendizado, como na fala que segue:

*Uma coisa interessante que nós aprendemos no Jurista Popular é que às vezes nós, dos movimentos sociais, deparamos com algum conflito e vem a polícia e prende, antes pensávamos que só o advogado pode nos soltar – mas aprendemos que a gente mesmo pode impetrar um habeas-corpus, é nosso direito! (Aurindo José Ribeiro, comunidade Lagoa da Pedra, Indaiabira-MG).*

*Na primeira etapa do curso, em 2007, aprendemos que o que deve ser feito quando somos vítimas, o primeiro passo é registrar a ocorrência policial (Izalino Ferreira Barbosa, dirigentes do STR de Santa Cruz de Salinas-MG).*

*Para mim o estudo sobre a maioria penal contribuiu na formação de nova opinião a respeito do assunto, a redução da maioria penal não é a solução para acabar com a violência (Creuza Rodrigues dos Santos, Taiobeiras-MG).*

Em seguida, realizamos a segunda etapa em maio de 2008, no município de Taiobeiras-MG, cujos temas, demandados pelos participantes, foram: fundamentos histórico dos direitos humanos; direitos humanos na Constituição Brasileira de 1988; a Declaração Universal de Direitos Humanos; sistemas internacionais de proteção de DH; direitos fundamentais; sociais e políticos. Os participantes avaliaram a importância da continuidade do processo de formação por entender a necessidade do fortalecimento dos movimentos sociais e o empenhamento dos sujeitos.

Conforme definido pelos participantes, foi realizada a terceira etapa em maio de 2009, no município de Salinas-MG. Os temas em debate foram voltados para as questões ambientais: consciência planetária; meio ambiente na Constituição Federal; direitos socioambientais; quatro dimensões da ecologia e agenda 21.

Dando continuidade ao processo de formação no âmbito regional, foi realizada a quarta etapa em maio de 2011, em Taiobeiras-MG. De acordo com a demanda sugerida pelos atores, refletimos sobre os seguintes temas: como funciona a sociedade; direito do trabalhador; direito do consumidor; direito mine-rário e Lei Maria da Penha.

Impulsionados pelo desejo do saber coletivo na perspectiva da construção do Projeto Popular para o Brasil, realizamos a quinta etapa em agosto de 2012 no município de Taiobeiras-MG, contando com a assessoria do Ministério Público. Fizemos uma reflexão sobre a conjuntura brasileira com foco na realidade norte mineira; avaliamos as constantes lutas que vêm ocorrendo no Norte de Minas, bem como as demandas coletivas das comunidades, conflitos agrários, mineração, barragens, impactos ambientais e sociais e o papel do Ministério Público na defesa dos direitos sociais.

Na perspectiva de continuar o processo de formação do jurista popular, em abril de 2014, realizamos a sexta etapa de formação. A reflexão se deu através

dos seguintes temas: a) análise sobre a conjuntura brasileira; b) plebiscito popular da reforma política; c) aprofundamento sobre a redução da maioria penal.

## Considerações finais

O processo de formação intitulado jurista popular tem contribuído de forma significativa na capacitação das lideranças dos movimentos sociais, melhorando o conhecimento e proporcionando informações e formação. A metodologia utilizada nos cursos contribuiu para a compreensão das leis sociais, conquistadas e outros conteúdos pertinentes, bem como a participação e integração dos envolvidos. A dinâmica das rodas de conversas, grupos de trabalho, música, animação, cantos, partilha das experiências e fatos relatados que acontecem na luta do dia a dia criam a situação propícia de aprendizagem e de produção coletiva dos saberes. O curso, segundo os participantes, vem se somar às experiências adquiridas nas lutas sociais, pois as lideranças ainda têm dificuldade no acesso a muitas informações em relação aos seus direitos. A formação do jurista popular tem possibilitado maior aprendizado e a descoberta de que “o saber é poder”.

A formação e as informações vêm contribuindo no fortalecimento da luta em defesa dos direitos humanos, como podemos verificar, abaixo, nas falas de diferentes participantes do processo:

*Nós nem sempre temos oportunidade como esta de debater com lideranças e o Ministério Público sobre os nossos Direitos, este momento de formação nos proporcionou mais conhecimento (Anderson, Vale das Cancelas, Grão Mogol-MG).*

*Na nossa região tem muitos atingidos pelo mineroduto, e a partir desse conhecimento dos nossos direitos os atingidos sabem como reagir e defender dos abusos cometidos pela empresa (Geraldo Caldeira Barbosa, dirigente do STR, Taiobeiras-MG).*

As avaliações acima nos indicam a relevância social do curso, mas nos colocam a necessidade de sua ampliação e aprofundamento e, sobretudo, a necessidade de acompanhamento mais constante às lutas sociais nos seus aspectos jurídicos e político-organizativo, possibilitando uma correlação de forças mais favorável às organizações populares frente ao avanço da modernização conservadora do capital e das oligarquias rurais, que dominam a região. Esse é o grande desafio, que as entidades, movimentos sociais e a RECID têm que enfrentar de forma mais articulada na região.

## REFERÊNCIAS

AUGUSTO, Rosely C. Aprender na prática: narrativas e histórias de lideranças camponesas, no Sertão Norte de Minas, nas três últimas décadas. Minas Gerais: FAE/UFMG, 2011.

COSTA, J. B. de A. O ser da sociedade sertaneja e a invisibilização do negro no sertão do Norte do Gerais. In: LUZ, Cláudia; DAYRELL, Carlos. Cerrado e desenvolvimento: tradição e atualidade. Montes Claros: CAA-NM e Rede Cerrado, 2000.



## O processo de educação popular de jovens camponeses no PÍAUI



A presente sistematização tem como objetivo conhecer o grau de identificação dos jovens participantes com o processo em educação popular vivido pelos mesmos, refletindo sobre os aprendizados oferecidos pela experiência, estratégias político-metodológicas de atuação e como tem elevado e ampliado o protagonismo juvenil.

Trata-se de um processo de formação em educação popular junto a jovens camponeses, na área de atuação da Fundação Santa Ângela (FSA): território de Cocais e Carnaubais (municípios de Pedro II, Piripiri, Batalha, Piracuruca, Lagoa de São Francisco, Sigefredo Pacheco, Juazeiro e Domingos Mourão). O mesmo já formou três turmas de jovens educadores(as) do campo, desde o ano de 2010, totalizando aproximadamente 120 jovens. Esses possuem vinculações com associações de moradores, sindicatos de trabalhadores rurais e grupos de jovens em seus municípios e comunidades.

Todo o trabalho realizado tem como intenção maior a construção de uma sociedade democrática, justa e solidária, através do protagonismo e empoderamento da juventude. Entendemos que isso acontece, necessariamente, pela formação e capacitação, mobilização, organização e participação popular: as lutas

populares resultam em significados reais para as populações oprimidas.

Nesse sentido, dialogamos com o 6º princípio do Projeto Político-Pedagógico (PPP) da RECID: “Compromisso com o processo formativo para todos envolvidos garantindo a intencionalidade política deste, o exercício de papéis diferentes entre educadores e momentos de planejamento, de estudo aprofundado, de registro, de sistematização e de avaliação”.

Conduzimos em parceria com a Rede de Educação Cidadã (RECID) e a Universidade Estadual do Piauí o projeto de extensão Humanismo Caboclo. Essa parceria baseia-se no compromisso das partes com a promoção de uma educação emancipadora com jovens camponeses: a Fundação Santa Ângela mantém uma Escola Família Agrícola (EFA), e o projeto de extensão organiza ações formativas e organizativas entre jovens da região em parceria com a FSA.

O processo de sistematização contou com vários registros da experiência como relatórios, artigos, informativos, vídeos e registros fotográficos. Houve a princípio um trabalho de resgate e releitura dos mesmos para que pudéssemos nos reencontrar com os sujeitos, contextos, temáticas, ações etc. Por fim, entrevistamos 44 educandos(as) que vivenciaram o processo com o objetivo de apreender os significados construídos pelos mesmos sobre o curso.

## A organização, metodologia do curso e os aprendizados conquistados

O trabalho acontece de fato contando com o apoio e colaboração de entidades parceiras e educadores voluntários que já vivenciaram a experiência do curso de formação de educadores jovens camponeses.<sup>26</sup> Até o segundo curso, havia participação somente dos parceiros na coordenação do curso; neste último, realizado entre 2013 e 2014, foi formada uma coordenação colegiada com quatro jovens educadores que já participaram do processo.

Essa coordenação colegiada (educadores(as) da RECID e professor da UESPI juntamente com os quatro jovens) mobiliza o público protagonista e os assessores que colaboram nas oficinas. Além disso, planeja e coordena a proposta educativa (temas, atividades e metodologias) e avalia o processo juntamente com os jovens participantes.

O último curso esteve organizado em oito módulos, distribuídos no intervalo de doze meses: as unidades de estudos contaram com 14 horas-aula totalizando, ao final, 112 horas-aula e as atividades são realizadas em finais de semana. O objetivo geral do curso foi contribuir no processo de formação da juventude, a

<sup>26</sup> O curso já ocorre desde o ano de 2010. O primeiro compreendeu somente um ano, organizado em quatro módulos, com duração total de noventa e seis horas. O segundo curso se estendeu por dois anos: no primeiro ano foram feitos três módulos (quarenta e duas horas) e, no segundo ano, quatro módulos (setenta e duas horas).

partir da metodologia da educação popular, considerando as especificidades da realidade camponesa (história, cultura, economia, contradições e lutas sociais), com a intenção de melhorar a intervenção da juventude na vida dos movimentos sociais populares e das comunidades onde atuam.

Cada módulo conta com uma temática geral que orienta as discussões, estudos e experiências. Entre uma unidade e outra, os participantes têm uma tarefa-compromisso de pesquisa ou de luta social desenvolvida em suas comunidades com a participação de seus moradores e organizações comunitárias. A partir dessa atividade, relacionamos um módulo com o seguinte e, ao mesmo tempo, estimulamos a percepção e transformação das realidades dos participantes. Assim analisa um dos participantes do curso:

*Na experiência de educação popular aprendi como lidar com os obstáculos apresentados pelas realidades das comunidades e nos sentimos fortalecidos com os conhecimentos adquiridos (Jucenilson Macedo).*

Pelas palavras do participante, nossa proposta trata de associar reflexão e prática, conhecimento e intervenções sociais. Desse modo, desejamos articular formação crítica, construção de sujeitos socialmente comprometidos e exercícios de luta comunitária.

O curso procura dialogar com os jovens do campo, suas histórias de vida e de organização política, bem como de suas comunidades e municípios. Muitos deles já atuam em grupos de jovens, associação de moradores, grupos de estudo e sindicatos. Nosso propósito é criar um ambiente de interações, trocas de experiências e reflexões. Por meio delas, desejamos oportunizar exercícios de novos olhares, vivências criativas, sensíveis e novas sínteses pelo diálogo entre experiências, saberes populares e científicos.

*A metodologia Freireana, que norteou todo o processo de aprendizado, nos ofereceu a oportunidade de adquirir um pensamento crítico, assim pudemos abrir nossas mentes para discutir muitos problemas existentes em nossa sociedade que até então não enxergávamos (Jaqueline).*

Dessa forma, a justificativa para o curso surgiu a partir da importantíssima atuação das organizações sociais populares das quais a juventude tem uma participação efetiva na luta pela conquista dos direitos fundamentais das comunidades onde vivem, moram e trabalham, como afirma:

*Uma educação que possibilita ter uma visão ampla e crítica do mundo que vivemos hoje, nos coloca uma forma diferente de viver em comunidade opinando, participando, incentivando a assumindo tarefas coletivas; liberta-nos e sua intenção é atender desejos e necessidades coletivas; prepara-nos para a vida, para sermos cidadãos (Laécio).*

Também é notória a carência existente na prática das lideranças e nas ações das organizações sociais populares no que se refere a elementos da Concepção Metodológica Dialética da Educação Popular. Práticas essas que levam em conta elementos educativos, elevação da autoestima das pessoas e grupos, combate aos preconceitos e mudanças nos valores culturais para o exercício da cidadania e mudanças no poder local. Durante todo o curso, estimulamos novas posturas e formas de atuação política nos movimentos sociais:

*Ser militante é estar disposto a enxergar o mundo com outros olhos, reunir com os outros e lutar pelos nossos ideais. O mundo pode ser transformado a partir de nossas críticas e de nossas lutas. Precisamos ouvir opiniões, reunir aqueles que têm sede de mudança. A militância ajuda-nos a libertar dos grilhões de hoje. Ser militante é munir-se de conhecimento e ir à luta (Iara).*

Para visualizar de modo claro a relevância social e o sentido político do curso, citamos abaixo alguns resultados relatados pelo grupo investigado como ações relacionadas ao processo formativo em educação popular:

- a. Constituição de uma rede de educadores jovens do campo dinamizada em quatro núcleos de educadores(as) nos municípios de Pedro II, Lagoa de São Francisco, Piripiri e Sigefredo Pacheco. Esses jovens organizam atividades formativas como oficinas e encontros, mantêm grupos de estudo, organização de festivais culturais, programas de comunicação popular, participam de sindicatos e associações de moradores, realizam protestos, audiências públicas etc.
- b. Fruto dos cursos anteriores, jovens educadores voluntários se somaram

à equipe de coordenação e dinamizaram o curso, mobilizando, planejando, coordenando e facilitando conjuntamente com a equipe de educadores. O aprendizado faz-se na prática e na apropriação pelos próprios jovens das oportunidades de empoderamento.

- c. Constituição de dois núcleos de educadores que assumem e tocam duas experiências em comunicação popular através de programas de rádio semanais.<sup>27</sup> Os programas *Sintonia Jovem* (município de Piripiri) e *Rede Jovem* (municípios de Pedro II e Lagoa de São Francisco) oportunizam uma reflexão sistemática da conjuntura atual ao tempo que estimulam novos sujeitos e práticas de protagonismo.
- d. Contribuição dos jovens educadores junto às associações, sindicatos e comunidades desenvolvendo atividades sociais e políticas transformadoras por meio de ações planejadas pelas próprias organizações e/ou executando políticas governamentais voltadas para o meio rural, na busca do desenvolvimento, da sustentabilidade, da dignidade, da vida. Cita outro jovem participante do curso:

*A educação popular trata-se de uma educação em que todos aprendem juntos porque ela é revolucionária, determinada a proporcionar no educando um sentimento de mudança, anseios por uma sociedade melhor; todos participam de forma justa e harmônica, empoderando os sujeitos (Jucenilson Macedo).*

- e. Fortalecimento do espírito de luta na busca da conquista dos direitos humanos e sociais. Nas palavras de uma participante: “Consciência crítica da juventude – deixamos de ser sujeitos alienados e passamos a ser sujeitos construtores de nossa realidade. Quando passamos a tomar consciência, fazemos a crítica da sociedade e podemos lutar por suas transformações” (Andressa Milanez).

Ainda sobre os depoimentos dos jovens, importante ressaltar que os mesmos destacam aprendizados conquistados: “a educação ofertada no curso é uma educação integral que cuida e zela por todas as dimensões da vida humana, é diferenciada da ofertada nas escolas de onde viemos; vem de forma compreensiva, não trabalha só a educação formal, e sim a educação cidadã, fazendo-nos conhecer os nossos direitos e deveres e lutar por eles”. Há falas que apontam

---

27 Sobre isso é importante registrar a produção de um artigo apresentado no XXXVII INTERCOM (Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação) – “A comunicação popular e a construção da cidadania através do Programa de Rádio Sintonia Jovem da cidade de Piripiri-PI”. Esse artigo analisa a prática da educação e comunicação popular orientada pelo programa “Sintonia Jovem”.

questões sobre processos formativos populares: “o curso há mais diálogo, você ouve e é ouvido, pois a linguagem é clara, fala a partir do povo, é algo que fala da realidade cotidiana”.

Verificamos que esses jovens compreendem que, para a construção de uma sociedade justa e emancipatória, são necessários exercícios continuados de reflexão e crítica dos modos de opressão social, bem como ações políticas que defendem modos novos de viver em sociedade.

## Considerações finais

Diante do exposto pelos(as) jovens, aparece um desafio a ser discutido pela RECID: uma maior participação dos jovens no processo de discussão e planejamento dos cursos seguintes. Além de favorecer o aprendizado de todos, oferecerá maiores elementos para a construção do curso (desde temas, metodologias, locais de realização e outras formas de intervenção social dos participantes). Esse exercício dialógico, de forte horizontalidade, é profundamente provocador para nosso trabalho como educadores populares e só enriquecerá nossa caminhada de aprendizado coletivo.

Outro desafio para todos é aprimorarmos os processos de avaliação e os reflexos dos mesmos na construção/reconstrução do curso. Encontrar meios claros de avaliação e, ao mesmo tempo, procurar dialogar com o que fazemos/faremos: qual tem sido o reflexo profundo de nosso curso em seus participantes? Essa sistematização foi um rico exercício de apreensão desses reflexos. Sobre o que os jovens carecem debater mais profundamente? Que elementos têm dificultado realizar plenamente os objetivos propostos do curso?

A sistematização dessa experiência exige de todos um outro grande esforço. Os relatórios são importantes como registro das experiências, mas não são capazes de avaliar o desenvolvimento das mesmas e, principalmente, apresentar e refletir sobre os aprendizados construídos com as experiências. É coerência do coletivo continuar com o processo de sistematização.

Os(as) educandos(as) no decorrer do processo foram sendo instigados(as) a ocuparem espaços e engajarem-se em ações desenvolvidas pelos movimentos sociais. Parte significativa buscou de fato essa participação e outra, embora pequena, não conseguiu romper com algumas barreiras impostas pela dinâmica dos movimentos. As barreiras relatadas são de natureza de relações, acomodação, insegurança, outros de natureza de trabalho, cultural dentro da dinâmica dos movimentos. Sabemos que esses desafios, independentemente de sua natureza, impulsionam a juventude, dão força para lutar por um país mais justo e

solidário.

Para avançar no trabalho de educação popular, particularmente com a juventude, necessitamos enfrentar os limites descritos e romper com o corporativismo impregnado em parte das lideranças. Precisamos fortalecer a trajetória da educação e do poder popular, transformando-as em forças favoráveis à superação das opressões e desigualdades sociais.

Como construir relações de confiança entre juventudes e comunidades? Essa talvez seja a principal indagação que necessitamos levar em conta para atingir o trabalho de base, pois a juventude sente-se recuada, rejeitada e sem confiança por parte das lideranças quando se propõe a ser parte do processo de organização, mobilização e luta encampado pelos movimentos e pelas comunidades. As pessoas que estão à frente das organizações, em sua maioria, utilizam de metodologias autoritárias na condução do trabalho organizativo e a juventude consciente vem romper com essa prática, vem mostrar e confirmar que precisa o povo ser parte do todo. Abolir a prática de comando é preciso: adotar uma prática de escuta, socializar a palavra, desconstruir e construir o novo é possível e necessário.

Esse processo de sistematização ressalta fundamentalmente o processo de empoderamento juvenil. Essa juventude vem se refazendo na reflexão, organização e luta popular. O curso de Formação de Educadores Jovens do Campo tem contribuído com essa constituição ativa da juventude camponesa da região norte do Piauí: uma juventude capaz de propor, de enfrentar e de trilhar caminhos novos rumo a uma sociedade livre e justa.

## REFERÊNCIAS

- FREIRE, Paulo. *Pedagogia da esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido*. São Paulo: Paz e Terra, 2011.
- \_\_\_\_\_. *Educação e mudança*. São Paulo: Paz e Terra, 2011.
- \_\_\_\_\_. *Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- HOLIDAY, Oscar Jara. *Como sistematizar? Uma proposta em 5 tempos*. Disponível em: [http://www.programacapivara.org/downloads\\_files/texto\\_oscar\\_jara.pdf](http://www.programacapivara.org/downloads_files/texto_oscar_jara.pdf). Acesso em: 04 dez. 2012.
- PERUZZO, Cicilia Maria Krohling. *Revisitando os conceitos de comunicação popular, alternativa e comunitária*. Disponível em: <http://www.unifra.br/professores/rosana/Cicilia%2BPeruzzo%2B.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2014.
- SOUSA, Luciano de Melo. Humanismo caboclo: educação popular e extensão universitária. *Revista Participação*, Brasília, n. 23/24, 2013.

## Uma experiência de formação e organização popular do Sertão À Capital – SERGIPE



*Eu sou de uma terra que o povo padece / Mas não esmorece e procura vencer / Da terra querida, que a linda cabocla / De riso na boca zomba no sofrer / Não nego meu sangue, não nego meu nome / Olho para a fome, pergunto o que há? / Eu sou brasileiro, filho do Nordeste, Sou cabra da Peste (Patativa do Assaré).*

Este presente texto apresenta a sistematização da experiência de diversas organizações populares nos anos de 2011 e 2012 na construção do Curso Realidade Brasileira (CRB) em Sergipe. Uma experiência coletiva que reuniu educandos e educadores dos mais diversos cantos do estado, do sertão à capital, para estudar sobre a realidade brasileira e que contribuiu decisivamente na formação política e organização de dezenas de militantes sociais.

## Um breve histórico do CRB

Desde o primeiro CRB, realizado em 2001, em Juiz de Fora-MG (organizado por Movimentos Sociais Populares em parceria com a Universidade Federal de Juiz de Fora), já aconteceram mais de 50 turmas do CRB em todo Brasil. O curso nasceu da necessidade de se retomar a formação de militantes de forma mais sistemática, de voltar a pensar o Brasil e o Projeto Popular, de viabilizar a construção do Brasil como nação através das potencialidades, criatividade e da formação histórica, social, cultural e econômica do seu povo.

Em meio à crise provocada pelo capitalismo, mais do que nunca precisamos retomar a prática do estudo, o despertar da consciência, pensar o Brasil e a organização popular. Mas não partimos do zero, muito ao contrário, são muitos os intelectuais brasileiros hoje amordaçados, renegados e boicotados pelas ideias do pensamento único, restritivo, economicista e opressor.

Nesse sentido, precisamos ocupar esse espaço na sociedade. Para nos ajudar nessa tarefa, ninguém melhor que os clássicos brasileiros, pensadores, intelectuais e militantes que interpretaram o Brasil com originalidade, criticidade, profundidade e orientados pelos ideais de mudança como: Florestan Fernandes, Celso Furtado, Caio Prado Jr., Darcy Ribeiro, Paulo Freire, Milton Santos e tantos outros e outras. É nessa perspectiva que os CRBs se propõem a contribuir com as transformações sociais.

## A retomada da formação política em Sergipe

Os movimentos sociais em Sergipe passaram um bom tempo sem conseguir formular espaços de formação política em conjunto e com isso olharem juntos para os desafios de formar militantes com capacidade de leitura da realidade. O último grande espaço de formação conjunta havia sido o curso de Formação da Juventude do Campo e da Cidade da Vila Campesina em 2006, quando se reuniram movimentos sociais do campo e da cidade para pensar um programa de formação para a juventude sergipana. Essa experiência não foi levada até o fim, mas inspirou outras formações no estado, até mesmo o próprio CRB tantos anos depois.

Vendo esse vazio da articulação e da formação política, através da Assembleia Popular, diversos movimentos sociais começaram a articular no ano 2011 a possibilidade de um curso que pudesse ajudar os movimentos na formação dos seus militantes. Depois de muita pesquisa e contatos com outros estados para conhecer suas experiências, nós decidimos: “Vamos construir a primeira turma do CRB em Sergipe”.

Com isso, o 1º CRB Sergipe foi organizado pelo Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), Movimentos dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Movimento Organizado dos Trabalhadores Urbanos (MOTU), Rede de Educação Cidadã (RECID), Consulta Popular, Coletivo de Juventude do Alto Sertão, Levante Popular da Juventude e Associação Sergipana de Hip-Hop Aliados pelo Verso (ALPV).

## **Era preciso dar o primeiro passo: metodologia, participantes e conteúdos**

Formamos uma Comissão Política Pedagógica (CPP) com representantes de todos os movimentos construtores do curso que passou a ter reuniões periódicas para montar a proposta inicial do curso. Como na CPP só havia uma pessoa que tinha participado de CRB, mesmo assim como cursista na PB, tivemos uma imensa dificuldade para desenhar a proposta.

Um dos primeiros passos foi decidir o número de módulos e a metodologia do curso. Em diversas experiências de CRBs pelo país encontramos cursos de 8 até 18 módulos, porém, tínhamos relatos que quanto mais módulos era maior o número de cursistas que abandonavam a turma. Por isso, em Sergipe, decidimos então por 8 módulos presenciais, sendo um final de semana por mês, com chegada às sextas-feiras pela noite, com horário integral das 8h às 20h no sábado e das 8h às 13h no domingo.

A metodologia ainda compreendia a organização em núcleos de base permanentes durante os módulos, proporcionando maior participação, divisão de tarefas e autossustentação do curso. No final do curso, os educandos deveriam produzir um trabalho conclusivo, individual ou em grupo, a partir de um tema da realidade atual em diálogo com a organização a qual pertencia e fundamentado em autores estudados. A expressão do trabalho conclusivo poderia ser escolhida pelos educandos.

Após finalizarmos a estrutura metodológica do curso, precisamos recheá-lo com os conteúdos. Fizemos uma seleção difícil e criteriosa dos conteúdos. A missão se tornou ainda mais complicada, pois só tínhamos 8 módulos para trabalharmos a amplitude que é a realidade brasileira. Depois de muitos ajustes de conteúdos, conseguimos fechar a seguinte proposta:

1º Módulo: A conjuntura brasileira e a construção de um projeto popular para o Brasil; 2º Módulo: Formação cultural do povo brasileiro (Pensador: Darcy Ribeiro); 3º Módulo: Formação econômica do Brasil (Pensadores: Caio Prado Jr. e Celso Furtado); 4º Módulo: Classes sociais e transformação social (Pensadores:

Florestan Fernandes e Caio Prado Jr.); 5º Módulo: Questão Urbana e Transformações no mundo do trabalho; 6º Módulo: Questão agrária no Brasil; 7º Módulo: A Ditadura no Brasil e as organizações de esquerda; e 8º e último Módulo: Trabalho de base e organização popular.

Inicialmente, abrimos 70 vagas para militantes, educadores, lideranças e representantes dos movimentos sociais do campo e da cidade. Para nossa surpresa, tivemos 130 inscrições, o que demonstrou a necessidade e vontade dos lutadores sergipanos em participar de um processo de formação política coletivo. Infelizmente, nem todos os inscritos poderiam participar dessa 1ª turma do CRB por questões estruturais e metodológicas. Com isso, foram selecionados 84 cursistas. No processo de seleção, a CPP fez um grande esforço para incluir os inscritos que não foram selecionados em outros processos de formação política, como o EIV (Estágio Interdisciplinar de Vivência), Curso de Formação da Juventude do Alto Sertão, cursos internos dos movimentos sociais e outros. Antes mesmo do curso começar já tínhamos entendido o recado: precisávamos fazer um ótimo CRB e já começar a pensar nas próximas turmas.

## O CRB Sergipe saiu do papel

No dia 11 de novembro de 2011, uma sexta-feira, no Centro de Formação Canudos, no povoado Quissamã, começou o primeiro módulo do curso Realidade Brasileira de Sergipe. Com muita animação, reuniram-se militantes de diversos municípios do estado. Eram sem-tetos, estudantes, índios, professores, sem-terras, atores, pequenos agricultores, quilombolas, sindicalistas, artistas etc.

No geral, os módulos funcionavam através de aulas com assessores especialistas no tema. Os conteúdos dos módulos foram pensados numa sequência lógica, onde iam se conectando e estruturando melhor o aprendizado do educando. Os 4 primeiros módulos foram com conteúdos teóricos básicos, que dariam base com categorias de análise para fazer as leituras da realidade. Os 3 módulos subsequentes foram temáticos, e o último foi um módulo para refletir as organizações e o nosso trabalho de base.

As chegadas ao local do curso sempre aconteciam na sexta à noite, para que pudéssemos começar pontualmente às 8 horas da manhã no sábado. Sempre abríamos os módulos com uma bela mística, elemento sempre presente na proposta pedagógica do CRB durante os módulos e nos encerramentos.

As aulas contavam com palestras, vídeos e leituras. Os debates e as produções sempre aconteciam nos grupos de base que tinham 2 coordenadores e 1 relator. As aulas eram um acontecimento, muito intensas de conteúdo e trocas de conhecimentos. Não podemos esquecer-nos de registrar as leituras prévias que

eram feitas entre os módulos com textos indicados pelos assessores dos módulos subsequentes.

Além disso, outro elemento pedagógico que não abrimos mão na construção do curso foi o trabalho e a coletividade. Os grupos de base em todos os módulos foram responsáveis pela manutenção do espaço do curso. Portanto, os grupos eram responsáveis por trabalhos como lavar pratos e panelas, servir as refeições, limpar os banheiros coletivos, animação, disciplina, alvorada, arrumação da plenária. Com isso, propomos um curso que os próprios cursistas o tinham na mão e a todo o tempo o elemento pedagógico estava presente, pois o trabalho coletivo é essencial para construção da sociedade que queremos e na formação de um militante comprometido com esse processo.

Ainda propomos aos cursistas alguns coletivos permanentes, que foram montados por livre vontade e que desempenhavam algumas atividades no curso, como os coletivos de saúde, comunicação e infraestrutura.

Dentro da mesma proposta pedagógica do curso, demos destaque às noites culturais. Entendemos que as noites culturais seriam elementos centrais no sucesso ou fracasso do curso, pois eram capazes de conectar os conteúdos estudados com a cultura brasileira, permitir que houvesse entrosamento entre os cursistas e que o nosso curso fosse gostoso de fazer com música, teatro, brincadeiras, e não somente com aulas e textos.

Quanto à coordenação do curso, tínhamos claro o papel da CPP em todo o processo da condução da proposta, da metodologia, as estruturas e finanças do curso. No fazer do curso, criamos uma instância que tinha um papel central na condução do curso, o grupo de coordenadores. Todas as manhãs tinha reunião com os coordenadores de cada grupo de base e os responsáveis da CPP por essa tarefa. Então cabia a essa instância cuidar do andamento pedagógico.

Nesse longo processo, inicialmente pensado para 8 meses, nem tudo foram flores. Enfrentamos grandes problemas na execução do curso. Destacamos dois deles: o primeiro, os adiamentos de módulos por problemas com cancelamento de palestrantes ou outros contratemplos. Isso fez com que a distância entre os módulos ficasse em 2 meses, e a turma acabava esfriando o ânimo e a disposição para o estudo. Então tínhamos uma imensa dificuldade para remobilizar a turma nessas paradas. Outro problema fortemente detectado e que tivemos problemas foram as diferenças entre os grupos e a dificuldade de entrosamento dos mesmos. Foi um desafio permanente realizar a integração de toda a turma com um público tão diversificado.